

AS RELAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO COM A IMPRENSA – A ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO - INSTITUIÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL: competência *

JOSÉ AUGUSTO DELGADO **

Juiz do TRF – 5ª Região

Professor da UFRN

1. Introdução

Desnecessário dizer da minha satisfação e da minha honra em ter sido homenageado pela Presidência do Conselho da Justiça Federal para ser o responsável pela palestra inicial deste Seminário*.

Os agradecimentos pela confiança ficam centralizados muito mais na amizade existente e sempre dedicada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça ao Tribunal Regional Federal da Quinta Região que tenho a responsabilidade de presidir. Por outro lado, entendo que nada mais feliz neste ciclo de estudos que está sendo desenvolvido pelo Conselho da Justiça Federal, através do seu setor especializado, do que a instalação deste Seminário. Creio que no processo democrático que necessita aperfeiçoar-se nada será atingido; as metas sociais não serão concretizadas; os desejos sadios dos cidadãos não serão alcançados se não se contar com a colaboração imperiosa da Imprensa, especialmente do seu relacionamento com o Poder Judiciário.

Em homenagem aos participantes deste seminário, resolvi escrever os meus pensamentos sobre a matéria, não obstante a possibilidade de debate no curso da palestra, para que se analise, se discuta, se confronte, se rejeite ou se aceite tudo o que for apresentado, visando-se, unicamente, o aperfeiçoamento do desejado.

O tema que me foi entregue para desenvolver cuida do relacionamento da Imprensa com o Poder Judiciário, da estrutura do Poder Judiciário e da competência das Instituições da Justiça Federal.

Na abertura de um seminário de tal porte, nada mais útil do que se começar discutindo a estrutura do Poder Judiciário e, especialmente, por interessar de perto a competência das Instituições da Justiça Federal e, por fim, o relacionamento da Imprensa com o Poder Judiciário.

O trabalho está dividido, portanto, nos três itens acima enumerados. Primeiramente, se cuida de apresentar, na parte introdutória, a valorização do tema a ser desenvolvido. A seguir, a preocupação é, unicamente, com a estrutura do Poder Judiciário. A análise é técnica em face de o assunto se apresentar vinculado a dispositivos constitucionais, a determinações de lei complementar e de lei ordinária. Por fim, o tema relativo à competência das Instituições da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Começo afirmando que o tema que se aborda no presente trabalho integra o conteúdo programático do Seminário As Relações do Poder Judiciário com a Imprensa, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça Federal, de 11 a 14 de maio de 1992, setor integrante do Conselho da Justiça Federal.

As idéias são lançadas para uma clientela culturalmente elitizada formada por jornalistas e assessores de comunicação, com objetivos centrais estabelecidos de se promover uma eficaz interação com a Imprensa. Nesta oportunidade, a nossa atenção se volta para a estrutura do Poder Judiciário e a competência das Instituições da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, seguindo-se, nas próximas palestras, um aprofundamento analítico sobre a linguagem jurídica



utilizada nos meios forenses, com a consumação de uma proveitosa discussão das relações do Poder Judiciário com a Imprensa e a sociedade civil.

De imediato, tenho como certo que a pretensão do Conselho da Justiça Federal é a de fazer crescer a conscientização de que o relacionamento do Poder Judiciário com a Imprensa deva se desenvolver em clima de ações e reações mais intensas, haja vista a necessidade de se aperfeiçoar, no âmbito de todos os poderes constitucionais, a aplicação dos postulados regedores do sistema democrático.

Por outro ângulo, o Seminário, por si só, encontra justificativa indubitosa no fato de que as funções e atribuições do Poder Judiciário não são devidamente conhecidas pela sociedade, pelo que a intensidade do processo de informação em tal campo, em muito, contribuirá para se fazer chegar ao conhecimento do povo os efeitos concretos do funcionamento de um dos Poderes da Nação, porque é dele povo que o exercício do Poder emana e em seu nome é que ele é exercido. Constitui-se, conseqüentemente, em direito fundamental do cidadão ser bem informado das atribuições e das realizações do Poder Judiciário, da mesma forma de tudo que ocorre no Poder Executivo e no Poder Legislativo.

Identifica-se, no final deste Século XX, que a sociedade contemporânea se depara, no desenvolver do seu dia-a-dia, com uma intensidade de fatos econômicos, políticos, sociais, religiosos, educacionais, jurídicos e axiológicos que produzem efeitos não imaginados e de larga repercussão. Tais fenômenos denotam uma acentuada inquietação jurídica, que passa a exigir do Poder Judiciário, por ser o responsável pela aplicação das leis, solucionando os conflitos daí decorrentes, uma decisão rápida e atualizada, para que se imponha uma sadia convivência entre os homens. Repito agora idéias que foram



lançadas aos mestrandos da Universidade Federal de Fortaleza, no início deste ano letivo, quando tive a honra de ministrar a aula inaugural.

Lembro, ainda, que, a respeito desse tema - solução rápida dos conflitos pelo Poder Judiciário -, proferi uma palestra na Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Mossoró, defendendo a tese da responsabilidade civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional. Todos os que trabalham e desenvolvem suas atividades nesse campo sabem que o comportamento sobre a interpretação de nossas leis reguladoras do assunto é de timidez, como bem demonstram as decisões jurisprudenciais. Penso que o Estado é responsável no campo civil, diretamente, pela demora na entrega da prestação jurisdicional, especialmente quando duas situações ocorrem: pela ausência de condições materiais oferecidas ao Poder Judiciário para o seu funcionamento (um exemplo conhecido de todos é o das seções judiciárias do Estado de São Paulo, onde há Vara Federal com vinte e oito mil processos tramitando para um só juiz) e pela lentidão com que poucos magistrados desempenham as suas funções. Tais fenômenos denotam uma acentuada inquietação jurídica no campo aqui assinalado. Em consequência, no momento atual, o Poder Judiciário está sendo convocado de modo mais agudo para entregar a prestação jurisdicional necessitada pelo cidadão que se sente ofendido em qualquer nível dos direitos que lhe são assegurados pela Carta Magna. As inúmeras ações promovidas pelos compradores da casa própria, a reivindicação dos aposentados pelos 147%, a questão da liberação do FGTS para os servidores públicos sujeitos ao regime jurídico único e outros direitos que estão sendo buscados no Poder Judiciário são exemplos marcantes da movimentação assinalada e que está exigindo um esforço sem medida dos membros do Poder Judiciário para que sejam atendidas as situações pretendidas pelo cidadão e confrontadas com a lei.



Desnecessário se afirmar que quanto mais a necessidade jurídica do homem lhe for entregue, em um regime democrático, mais se está aprimorando a democracia. E não se pode alcançar esse desiderato constitucional, sem que o Poder Judiciário garanta ao jurisdicionado o pleno acesso à Justiça e se democratize em todos os seus graus.

Ao se falar na democratização da Justiça no Brasil, não se pode deixar de registrar o pensamento exposto pelo Juiz Lázaro Guimarães, em trabalho intitulado *O Computador como Meio de Acesso à Justiça*, ainda sem publicação oficial, na parte que assim afirma:

As ondas de acesso popular à Justiça (Cappelletti) chegaram ao Brasil em meados dos anos 80, com a estadualização da assistência jurídica, a atuação em juízo de associações em defesa de interesses gerais, a instituição da ação civil pública e a dinamização do papel do Ministério Público como agente do interesse social.

O Poder Judiciário reage com perplexidade ao fenômeno, sentindo-se descoberto pela sociedade, como um rei nu. A tradição brasileira é de mudanças meramente ornamentais. As inovações do processo judicial são lançadas nos países centrais, ou simplesmente discutidas nos meios intelectuais, e chegam ao Brasil como marolas, agitadas, mas sem maior consistência. Não é raro assumirem a autoridade de lei, mas dificilmente se tornam efetivas.

A cada tendência das grandes correntes teóricas do Direito italiano, alemão, francês ou norte-americano, um leitor brasileiro, não raramente apressado, apresenta uma proposta de reforma legislativa, cujas conseqüências se resumem ao aparecimento de belas obras doutrinárias, em muito barulho e pouco proveito para a maioria da população.

Assim vem acontecendo, desde o Brasil Colônia, mas há algo diferente na atual agitação. Em todo canto pipocam reivindicações de aposentados, de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, de contribuintes de tributos municipais, estaduais ou federais, e as ações individuais ou Coletivas ganham ressonância na opinião pública. Cresce a



pressão por uma Justiça ágil e eficaz. A sociedade aciona em massa o aparelho judicial, mas não dá mostra de ter modificado a velha imagem do juiz, que, apesar dos avanços legislativos dos últimos anos, ainda é encarado como um agente da ordem patrimonialista alguém investido de poder geralmente exercido em benefício da elite detentora da força organizada. O grosso da população resolve ainda os conflitos interindividuais de modo direto, frequentemente com violência, ou, alternativamente, por meio de instrumentos informais de solução heterônoma, pratica que se vem disseminando nas associações de moradores das favelas (Boaventura Santos, 1988).

A conclusão determinada pela meditação feita sobre os fenômenos agora identificados é a de que urge o aperfeiçoamento da democratização da Justiça no Brasil, não somente lhe dando meios de ser mais ágil na entrega da prestação jurisdicional solicitada, mas, também, de que se deixe ser informada aos cidadãos do modo mais útil possível.

O Judiciário necessita ser desvendado, conhecido. Os seus problemas devem ser submetidos à discussão da sociedade de um modo horizontal e sem limites. A sua imagem de ser uma instituição lenta e de adotar ritos antigos e em descompasso com as necessidades do povo geram uma situação de desconfiança. Por isso, há necessidade de mudanças fundamentais, a começar pelo relacionamento do Poder Judiciário com a Imprensa. Aliás nesse sentido foram as propostas apresentadas por Luiz Salles, presidente da Salles/Interamericana de Publicidade, como resultado de uma pesquisa feita a pedido da Escola Paulista da Magistratura, conforme relata Francisco Ornellas, em artigo que escreveu especialmente para *O Estado de S. Paulo*, em 1-7-90:

a) buscar aproximação em lugar de distanciamento. Embora se reconheça que o distanciamento da figura do juiz seja útil para a isenção, os magistrados deveriam mostrar sua face humana para a opinião pública, saindo do isolamento para o calor das ruas e dos debates;



b) os mecanismos da Justiça existem para que os conflitos sejam registrados, encaminhados e solucionados. Mas deve-se desenvolver um esforço para reduzir o excesso de burocracia;

c) antes de tudo é necessário deixar claro a opinião pública que juízes não fazem as leis; apenas as cumprem;

d) assim como a informação é útil para esclarecer quem é culpado e quem é inocente em um júri, a informação também é necessária para a correta fixação de uma imagem. Uma imagem negativa se alimenta do silêncio.

O Conselho da Justiça Federal, inspirado na orientação do seu eminente Presidente Ministro Torreão Brás, põe em prática, com o início do Seminário acima referido, a idéia de aperfeiçoar a democratização do Poder Judiciário, que visa, conforme já afirmado, estreitar, de modo mais intenso e mais eficaz, o seu relacionamento com a Imprensa.

Com essa parte introdutória, que demonstra a minha adesão integral ao presente seminário e a todas as idéias já lançadas para o estreitamento do relacionamento do Poder Judiciário com a Imprensa, dedico-me, agora, à parte técnica dessa palestra que cuida da estrutura do Poder Judiciário.

Ao me prender a esse aspecto convém que se afirme que, não obstante a estrutura do Poder Judiciário se encontrar registrada em nossa Carta Magna, ela continua sendo desconhecida por boa parte dos estamentos que compõem a sociedade, inclusive dos jornalistas. Na Constituição há um dispositivo determinando que ela se torne conhecida de todos os cidadãos. Para tanto, se exigem que os sindicatos, as associações, as entidades públicas e outros setores da Nação adotem providências para distribuir um exemplar da Carta Magna a cada brasileiro.



A demonstrar o desconhecimento da estrutura do Poder Judiciário e do seu funcionamento por determinados setores da imprensa, cito um exemplo bem recente que muito me entristeceu, em face de ter sido uma notícia veiculada por uma entidade de comunicação de grande porte. A Rede Globo de Televisão noticiou, em rede nacional, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que deu provimento à apelação do Ministério Público Federal no rumoroso caso da cocaína escondida em inhames, no Estado do Ceará, que foi julgado por um Juiz Federal de 1º grau. O Tribunal Regional Federal, por uma de suas Turmas, deu provimento em parte à apelação, condenando quase todos os envolvidos. A Rede Globo, em horário nobre, o do Jornal Nacional, noticiou que o provimento da apelação tinha sido feito pelo Juiz Federal de Primeiro Grau, em Pernambuco. Mais ainda: fez a reportagem em frente ao prédio da Justiça Federal de 1º grau, demonstrando que tinha conscientização do trabalho desenvolvido, porém, sem nenhum conhecimento da estrutura do Poder Judiciário e da impossibilidade de um juiz de primeiro grau reformar a decisão de outro juiz de igual hierarquia. Essa notícia circulou em todo o Brasil e em boa parte da América Latina, com imagem profundamente negativa para o funcionamento do nosso Poder Judiciário, pois muitos juristas devem ter ficado estarecidos com a informação de que, no Brasil, um juiz de primeiro grau pode reformar a sentença de mérito de um outro juiz do mesmo nível. Torna-se, portanto, muito vital a finalidade de se desenvolver tal aspecto técnico-jurídico, que nada mais é do que a repetição do existente no Texto Constitucional. Contribui-se, tão-somente, para se fazer maior publicidade sobre a estrutura do Poder Judiciário, tornando-a mais conhecida de todos.

2. A Estrutura do Poder Judiciário - Necessidade do seu Conhecimento



O Poder Judiciário no Brasil se encontra estruturado com base em princípios e determinações postos na Constituição Federal, em Lei Complementar e legislação ordinária.

O sistema adotado se caracteriza pela ausência de flexibilidade. Só pode ser alterado por Emenda Constitucional, o que dificulta mudanças que se tornam imperiosas em face da existência de fatos que as exigem de imediato.

A visão estrutural do Poder Judiciário se extrai do texto da Carta Magna. Esta dispõe no art. 92 que os órgãos do Poder Judiciário são:

I - O Supremo Tribunal Federal;

II - O Superior Tribunal de Justiça;

III - Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - Os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - Os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - Os Tribunais e Juízes Militares;

VII - Os Tribunais e Juízes dos estados e do Distrito Federal e territórios.

Em concepção estrutural, observa-se que o Texto Constitucional não determina uma hierarquia. A mensagem da Carta Magna é a de que o Poder Judiciário, de um modo horizontal, é composto pelos órgãos que menciona.

Não há uma declinação de hierarquia. Observe-se que, logo no inc. III, do art. 92, encontram-se mencionados os Tribunais Regionais



Federais e os Juízes Federais. São entidades de segundo e primeiro graus. A mensagem constitucional demonstra, conseqüentemente, que há um nivelamento horizontal a comandar a estrutura, não obstante existir uma hierarquia recursal que visa garantir maior segurança aos julgados.

Como visto, o Supremo Tribunal Federal é a cúpula do Poder Judiciário. A sua competência é a de ser guarda permanente da Constituição. Inobstante haver esse preceito nuclear no art. 102 da Carta Maior, a competência do colendo Supremo Tribunal Federal foi alargada. Em razão desse proceder constitucional, a alta Corte do País se encontra, hoje, assoberbada com intenso volume de processos, enfrentando uma crise sem precedentes, o que muito tem preocupado os Ministros integrantes daquela Casa e a Nação. Segundo informações transmitidas pela imprensa oficial, há, para cada Ministro, centenas de arguições de inconstitucionalidade, o que impossibilita o exame, com maior celeridade, de outras matérias que são submetidas ao conhecimento do Supremo.

O Supremo Tribunal Federal é a cúpula do Poder Judiciário. A sua competência fundamental é a de ser guarda permanente da Constituição, conforme preceitua o art. 102 da Constituição Federal:

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - Processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores,



os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (obs.: o art. 52, I, da CF, concede competência privativa ao Senado Federal para processar e julgar o Presidente e o vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles);

d) o *habeas-corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre o Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o estado, o Distrito Federal ou o território;

f) as causas e os conflitos entre a União, e os estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

i) o *habeas-corpus*, quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;



n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

II - Julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas-corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político.

III - Julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

Parágrafo único. A arguição de descumprimento de preceito fundamental desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal na forma da lei.



O Superior Tribunal de Justiça compõe a categoria dos denominados Tribunais Superiores. Em nosso sistema são quatro. Além do Superior Tribunal de Justiça - STJ, temos o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, o Tribunal Superior do Trabalho - TST e o Superior Tribunal Militar - STM. A composição e competências dos referidos Tribunais Superiores são reguladas pela Constituição Federal. Com exceção do Superior Tribunal de Justiça, a competência dos demais Tribunais Superiores é fixada por Lei Complementar (art. 121, CF, para a Justiça Eleitoral) e por lei ordinária (art. 124, parágrafo único, CF, para a Justiça Militar; art. 111, § 3º, CF, para o Tribunal Superior do Trabalho).

O Superior Tribunal de Justiça tem a sua competência delimitada pelo art. 105 da Carta Magna. Assim dispõe:

Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - Processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos estados e do Distrito Federal e, nestes e nos de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos municípios, os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;

c) os *habeas-corpus*, quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea *a*, ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, *o*, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;



e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

II - Julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas-corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos estados, do Distrito Federal e territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos estados, do Distrito Federal e territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - Julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos estados, do Distrito Federal e territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência;

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;



c) der à lei interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

No escalonamento estrutural fixado pela Constituição Federal, em seu art. 92, seguem-se os Tribunais denominados como sendo de 2º grau. Eles são: a) os que compõem a Justiça mantida pela União e que estão assim distribuídos: cinco Tribunais Regionais Federais, com a competência fixada na Constituição Federal de atuar como 2º grau da Justiça Federal, 19 Tribunais Regionais do Trabalho (de acordo com a CF, art. 112, haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada estado e no Distrito Federal, pelo que, segundo leis já aprovadas, os demais encontram-se em fase de instalação), um Tribunal Regional Eleitoral em cada estado e um no Distrito Federal; b) os que formam a estrutura da Justiça mantida pelos estados e que são: um Tribunal de Justiça em cada estado e um no Distrito Federal, oito Tribunais de Alçada (dois no Rio, um criminal e outro cível; três em São Paulo, um criminal e dois cíveis; um em Minas, um no Paraná e um no Rio Grande do Sul) e três Tribunais de Justiça Militar estadual (Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Os dados acima mencionados foram extraídos do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário existente no Supremo Tribunal Federal.

O Exmº Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, do colendo Supremo Tribunal Federal, em trabalho apresentado ao XI Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Camboriú, Santa Catarina, de 13 a 15-9-90, sob o título *Problemas e Soluções na Prestação de Justiça*, p. 61, Arquivo do Ministério da Justiça, Brasília, 44 (177), jan./jun. 1991, estabeleceu um organograma do Poder Judiciário Brasileiro que mostra a estrutura seguinte:



a) Supremo Tribunal Federal exercendo a cúpula do Poder Judiciário;

b) Tribunais Superiores: Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar, todos mantidos pela União;

c) Poder Judiciário Estadual: Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça Militar Tribunal do Júri, Juízes de Direito e Conselho de Justiça Militar;

d) Poder Judiciário da União (excluindo-se os Tribunais Superiores): Tribunal Regional Federal e Juiz Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Juiz Eleitoral e Junta Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho e Junta de Conciliação e Julgamento, Auditoria Militar.

No corpo da estrutura acabada de ser demonstrada atuavam, conforme detalha o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, em 1990, e citação do Exm^o Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, no trabalho acima referido, os seguintes quantitativos de Ministros e Juízes:

a) 11 Ministros no Supremo Tribunal Federal;

b) 33 Ministros no Superior Tribunal de Justiça (onze oriundos da classe de desembargador, onze, da classe de Juiz dos Tribunais Regionais Federais e onze escolhidos entre advogados e membros do Ministério Público federal, estadual, do Distrito Federal e dos territórios);

c) 7 Ministros no Tribunal Superior Eleitoral (três do STF, dois do STJ e dois advogados);

d) 27 Ministros no Tribunal Superior do Trabalho (17 togados escolhidos entre Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho e dez classistas, representantes de empregados e empregadores);



e) 15 Ministros no Superior Tribunal Militar (três oficiais-generais da Marinha, quatro oficiais-generais do Exército, três oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco civis, sendo três advogados e dois por escolha paritária, dentre juízes, auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar);

f) 74 juízes nos Tribunais Regionais Federais de 2º grau (são escolhidos entre os juízes federais e advogados e Procuradores Regionais da República, estes na proporção de um quinto da composição de cada Tribunal);

g) 255 juízes nos Tribunais Regionais do Trabalho (a escolha se dá entre Juízes Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento, entre advogados e Procuradores, sendo composto, ainda, por juízes classistas indicados pela classe do empregador e do empregado);

h) 175 juízes nos Tribunais Regionais Eleitorais (a composição de cada tribunal é formada por dois desembargadores, dois juízes de direito, um juiz federal ou do Tribunal Regional Federal e dois advogados);

i) 590 desembargadores (são escolhidos entre os juízes de direito e entre advogados e membros do Ministério Público do Estado, estes na proporção de um quinto da composição de cada tribunal);

j) 303 juízes nos Tribunais de Alçada (escolhidos entre juízes de direito e advogados e membros do Ministério Público Estadual, estes na proporção de um quinto da composição do tribunal);

l) 17 juízes nos Tribunais Militares estaduais (escolhidos de acordo com a legislação estadual, em regra entre militares do estado e um Juiz de Direito);



- m) 243 juízes federais;
- n) 1.180 juízes do Trabalho;
- o) 44 auditores militares;
- p) 6.350 juízes de Direito.

Os dados acima mencionados, não obstante levantados em 1990, permanecem, até hoje, atualizados, haja vista que quase nenhuma modificação ocorreu. Registre-se, apenas, que para cada Juiz Federal existe hoje um cargo de Juiz Federal Substituto e que houve aumento do número de juízes trabalhistas, em face da instalação de três Tribunais Regionais do Trabalho e de algumas Juntas de Conciliação e Julgamento.

A análise do levantamento agora descrito revela, conforme referência do Ministro Carlos Mário Velloso, no trabalho já citado, o seguinte:

A relação média dos cargos de juiz de 1º grau e de juiz de 2º grau (porque grande número de cargos está vago) é a seguinte, segundo o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário:

- a) Juiz de Direito: um cargo para 23.785 habitantes, um juiz para 30.624 habitantes;
- b) Justiça do Trabalho: um cargo para 127.163 habitantes, um juiz para 165.255 habitantes;
- c) Justiça Federal de 1º grau: um cargo para cerca de 617.283 habitantes, um juiz para cerca de 882.352 habitantes;
- d) Justiça Militar Federal: um cargo para 3.410.268 habitantes, um juiz para 3.572.662.

Consideradas todas as jurisdições, teríamos um cargo de juiz de 1º grau para cerca de 19.200 habitantes e um juiz para cerca de 25.100 habitantes.



Da análise profunda e comparativa dos dados acima, o Ministro Carlos Mário Velloso, no mesmo trabalho, concluiu:

A relação juízes-habitantes, no Brasil, chega a ser preocupante: conforme vimos de ver, considerado o total de 7.817 cargos, temos um cargo para cerca de 19.200 habitantes. Como, entretanto, estão providos apenas 5.984 cargos, a relação é de um juiz para cerca de 25.100 habitantes. Enquanto isso, segundo dá notícia o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, em palestra que proferiu recentemente na cidade mineira de Congonhas do Campo, 'a Justiça alemã contava em 1981 com 15.532 juízes, dos quais 12.019 na jurisdição ordinária, para uma população aproximada de 60 milhões de habitantes' (Sálvio de Figueiredo Teixeira, Escola Judicial, palestra proferida no Encontro Regional da Magistratura Mineira, promovida pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em Congonhas do Campo, no dia 1-9-90). Tem-se, pois, na Alemanha Federal, um cargo de juiz para cerca de 3.863 habitantes.

3. Competências das Instituições da Justiça Federal

As competências da Justiça Federal de 1º e 2º graus estão definidas na Constituição Federal. A supremacia de tais disposições não permite que se empreste a elas qualquer interpretação ampliativa. Ao juiz cabe, apenas, extrair do regramento constitucional a vontade querida e regulada.

Os órgãos integrantes da Justiça Federal propriamente dita encarregados da entrega da prestação jurisdicional são dois: os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.

Aos Tribunais Regionais Federais compete (art. 108, CF):

I - Processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de



responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

d) os *habeas-corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao tribunal;

II - Julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

A competência dos juízes federais está disposta no art. 109, da CF, pelo que processam e julgam:

I - As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falências, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas



as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

VI - Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e ordem econômico-financeira;

VII - Os *habeas-corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - Os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - Os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e a naturalização;

XI - A disputa sobre direitos indígenas.

O Conselho da Justiça Federal é uma instituição integrante da Justiça Federal. Funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, sendo integrado por cinco Ministros daquela Corte. A Presidência do Conselho de Justiça Federal é exercida pelo Exmº Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Da mesma forma a vice-Presidência. Um dos Ministros exerce a função de Corregedor Geral da Justiça Federal. Cabe ao Conselho, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundos graus, conforme expressa o parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal.



As competências aqui registradas merecem, em um momento oportuno, um debate mais aprofundado para que, especialmente, os assessores de comunicação e jornalistas que atuam no campo do Poder Judiciário possam, cada vez mais se especializarem no trato do seu desenvolvimento.

Antes de concluir, aponto uma sugestão. Entendo que, da mesma maneira como há jornalistas especializados em assuntos automobilísticos, econômicos, esportivos, deve ser modificado o currículo do Curso de Jornalismo e de Comunicação Social para se incluir uma cadeira que prepare o profissional para assuntos jurídicos.

Nesta ocasião, aproveito para lançar meus louvores, bem acentuados, à posição adotada pelo Correio Braziliense, por publicar, há mais de um ano, todas as segundas-feiras, um caderno dedicado a assuntos jurídicos. O mesmo louvor faço, também, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, por reservar, no dia de sábado, um caderno para assuntos ligados ao Poder Judiciário. Ainda as minhas homenagens ao *Diário de Pernambuco*. Este jornal dedica, na edição de domingo, uma página inteira para noticiar temas do mundo jurídico. Outros jornais fazem o mesmo. Isso demonstra a tendência do jornalismo de abrir espaços para noticiar o Poder Judiciário, tornando-o mais conhecido do povo.

4. Conclusões

O estudo da estrutura do Poder Judiciário e das competências das instituições da Justiça Federal não pode se desenvolver, de modo aprofundado, nos limites de uma palestra. Uma série de aspectos outros necessitam ser abordados e discutidos, no sentido de aperfeiçoamento das entidades jurídicas que integram o mencionado Poder.

Sobressai, todavia, que é amplamente positivo o fato de se começar a discutir com a Imprensa tais aspectos, para que ela possa, de



modo mais preciso, transmitir aos jurisdicionados como funciona o Poder Judiciário e quais são as suas atribuições.

Há de se considerar, contudo, que a informação, por se inserir no campo da livre manifestação do pensamento, "um dos direitos mais preciosos do homem", conforme já assinalado no art. 11 da Declaração dos Direitos Humanos (França, 1789), há de ser prestada de forma precisa e respeitando outros direitos e garantias fundamentais do cidadão, como o da intimidade, o do direito de resposta, o da inviolabilidade à liberdade de consciência e de crença, o da vida privada, o da honra e o da imagem das pessoas.

Em consequência, há necessidade de se prepararem profissionais na área da comunicação com especialização em assuntos do Poder Judiciário, proporcionando-lhes pleno conhecimento da estrutura e das atribuições de cada órgão do Poder Judiciário, a fim de que resulte:

a) uma informação que retrate a verdade dos acontecimentos e com conteúdo de crítica positiva ou negativa dentro dos limites da legalidade;

b) na transformação do trabalho da imprensa em considerável colaboração para a aplicação de uma boa justiça, evitando-se, assim, que seja elemento que dificulte e comprometa o trabalho da Justiça;

c) uma atitude de prudência na informação dos fatos postos à apreciação judicial, especialmente quando ainda não julgados, para que direitos e garantias fundamentais dos cidadãos não sejam atingidos;

d) numa informação imparcial, gerando confiabilidade não só aos integrantes do Poder Judiciário e essencialmente aos jurisdicionados;



e) no estabelecimento de uma discussão alargada sobre a crise do Poder Judiciário e as soluções que devem ser concretizadas para que a entrega da prestação jurisdicional se torne o mais célere possível;

f) por fim, numa constante doutrinação dirigida a se mostrar que se torna urgente o aperfeiçoamento da estrutura do Poder Judiciário e das suas competências, tornando-o mais democrático e solucionador eficaz dos conflitos dos cidadãos, do modo como eles almejam, isto é, com celeridade, segurança, honestidade, imparcialidade, autonomia e impessoalidade, imperando em todos os atos e em todos os momentos os princípios formadores da moralidade.

